



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROTOCOLO

PROTOCOLO DE EXECUÇÃO N. 02

(REF.: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 24/2023)

O presente instrumento tem por finalidade efetivar as metas descritas no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica n. 24/2023 (1723058), em conformidade com sua cláusula terceira.

1. DOS OBJETIVOS

O presente Protocolo de Execução tem por objetivo descrever a programação e o detalhamento dos procedimentos necessários à regulamentação de fluxos de processos de execução fiscal e ações correlatas: i. sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005; ii. sem Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do devedor; iii. abaixo do piso mínimo; iv. baixa probabilidade de recuperação; e v. ajuizados contra empresas fechadas ou inativas.

1.1 O CNJ, o TJBA, o TCM-BA e a PGM-LAURO DE FREITAS deverão envidar esforços para a consulta ou integração entre os seus respectivos bancos de dados, a fim de automatizar a troca de informações sobre processos que se encontrem na situação prevista neste Protocolo de Execução, sem prejuízo do compartilhamento de outras informações não sigilosas abarcadas pelo escopo desta norma.

2. DOS RESPONSÁVEIS

Nos termos da cláusula quarta do presente ACT, cada partícipe deverá indicar um(a) representante para formar a comissão responsável pela gestão da execução deste Acordo.

Indicado(a) CNJ: Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya

Indicado(a) TJBA: Maria De Lourdes Pinho Medauar

Indicado(a) TCM-BA: Danilo José de Castro Estrela

Indicado(a) PGM-LAURO DE FREITAS: Kívio Dias Barbosa Lopes.

2.1 Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer espécie entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução das atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade/órgão de origem.

3. DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

3.1 Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005

3.1.1 Para permitir a análise gerencial, o TJBA enviará à PGM-LAURO DE FREITAS listagem de processos de execução fiscal sem citação e ajuizados até 8 de agosto de 2005 nos quais o município de Lauro de Freitas, representado pela PGM-LAURO DE FREITAS, figure no polo ativo.

3.1.2 A listagem mencionada no subitem 3.1.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n 65, de 16 de dezembro de 2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.1.3 A PGM-LAURO DE FREITAS, após a inserção e a consulta ao seu repositório de dados, analisando os valores dos créditos envolvidos e as diretrizes para recuperação prioritária da dívida ativa, devolverá ao TJ/BA a listagem com os processos aptos a serem extintos por prescrição direta, ou suspensos, ficando, desde já, dispensada de intimação da PGM-LAURO DE FREITAS, desde que sem ônus a sentença de extinção, ressalvadas as hipóteses de existência de execução fiscal apenas não constante na “listagem-resposta”, ocasião em que o Juízo respectivo deverá, antes de proceder à extinção, intimar a PGM-LAURO DE FREITAS para ratificar ou retratar-se.

3.1.4 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na “listagem-resposta”, a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.1.5 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da “listagem-resposta” poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.1.6 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.2 Processos de Execução Fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor

3.2.1 Para permitir a análise gerencial, o TJBA enviará à PGM-LAURO DE FREITAS listagem de processos de execução fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor nos quais o município de Lauro de Freitas, representado pela PGM-LAURO DE FREITAS, figure no polo ativo.

3.2.2 A listagem mencionada no subitem 3.2.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65, de 16 de dezembro de 2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.2.3 A PGM-LAURO DE FREITAS, após a inserção e a consulta ao seu repositório de dados, analisando a probabilidade de recuperação, os valores dos créditos envolvidos e as diretrizes para recuperação prioritária da dívida ativa, devolverá ao TJBA listagens com os processos aptos à extinção ou suspensão, ficando autorizada a dispensa de intimação da PGM-LAURO DE FREITAS, desde que sem ônus a respectiva sentença de extinção.

3.2.4 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na “listagem-resposta” a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.2.5 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da “listagem-resposta” poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.2.6 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.3 Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo

3.3.1 A PGM-LAURO DE FREITAS disponibilizará ao TJBA listagem de processos de execução fiscal ajuizados abaixo do piso mínimo, aptos a serem extintos sem julgamento do mérito, ficando, desde já, dispensada de intimação da PGM-LAURO DE FREITAS, desde que sem ônus a sentença de extinção.

3.3.2 A listagem mencionada no subitem 3.3.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65/2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.3.3 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na 'listagem-resposta', a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.3.4 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da listagem poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.3.5 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.4 Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas

3.4.1 Após análise gerencial, a PGM-LAURO DE FREITAS enviará ao TJBA listagem de processos de execução fiscal aptos a serem extintos ou suspensos, relacionados as empresas fechadas anteriormente ao ajuizamento do respectivo executivo fiscal, e, quando posterior ao ajuizamento, as encerradas ou inativas há mais de 5 (cinco) anos e sem pedido de redirecionamento realizado neste período, ficando autorizada a dispensa de intimação da PGM-LAURO DE FREITAS da respectiva sentença de extinção, desde que sem ônus.

3.4.2 A listagem mencionada no subitem 3.4.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65/2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.4.3 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na "listagem-resposta" a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.4.4 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da listagem poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.4.5 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.5 Da otimização dos processos de trabalho relativos à cobrança da Dívida Ativa municipal

3.5.1 Após análise gerencial, a PGM-LAURO DE FREITAS editará ato normativo definindo as execuções fiscais que serão objeto de acompanhamento prioritário, observados os critérios de racionalidade e economicidade, visando outorgar maior recuperação ao crédito inscrito em dívida ativa, conforme minuta anexa.

3.5.2 Definidas as execuções fiscais que serão objeto de acompanhamento prioritário, a PGM-LAURO DE FREITAS enviará ao TJBA listagem de processos de execução fiscal aptos a serem suspensos e arquivados provisoriamente, ficando autorizada a dispensa de intimação da PGM-LAURO DE FREITAS da respectiva decisão de suspensão prazo de 1 (um) ano, desde que durante a fluência do prazo do arquivamento provisório de 1 (um) ano e, posteriormente, durante o lapso

prescricional intercorrente de 5 (cinco) anos, não haja movimentação pelo Poder Judiciário, exceto nos casos em que houver peticionamento do Executado, garantia integral da dívida ou quando for comunicada pela Fazenda Municipal a extinção do crédito executado.

3.5.3 A listagem mencionada no subitem 3.5.2 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65/2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.5.4 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na “listagem-resposta” a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.5.5 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da listagem poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.5.6 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

4. PROGRAMAÇÃO

4.1 As listagens tramitarão entre o TJBA e a PGM-LAURO DE FREITAS, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), prorrogáveis.

4.2 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005 será enviada pelo TJBA à PGM-LAURO DE FREITAS em 20 (vinte) dias, a contar da assinatura deste Termo.

4.2.1 A listagem-resposta de Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de agosto de 2005 será enviada pela PGM-LAURO DE FREITAS em 60 (sessenta) dias, comprometendo-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em igual prazo.

4.3 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal sem Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do devedor será enviada pelo TJBA à PGM-LAURO DE FREITAS em 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.3.1 A listagem-resposta de Processos de Execução Fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor será enviada pela PGM-LAURO DE FREITAS em 60 (sessenta) dias, comprometendo-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em igual prazo.

4.4 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo será enviada pela PGM-LAURO DE FREITAS em 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.4.1 Compromete-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em 20 (vinte) dias, contados do recebimento da listagem de Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo ou com baixa perspectiva de recuperação econômica.

4.6 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas será enviada pela PGM-LAURO DE FREITAS em 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.6.1 Compromete-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em 20 (vinte) dias, contados do recebimento da listagem de Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas.

4.7 Serão realizadas reuniões de ponto de controle entre CNJ, TJBA e PGM-LAURO DE FREITAS a cada noventa dias, contados a partir da assinatura do Protocolo de Execução.

4.8 Para execução das atividades correlatas ao Protocolo de Execução, os Partícipes poderão solicitar ao CNJ emissão de relatórios processuais extraídos da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud.

4.9 Serão realizadas reuniões de apresentação das atividades realizadas e dos resultados semestrais do Acordo.

E, por estarem assim ajustados, assinam os partícipes o presente instrumento para todos os fins de direito.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Desembargadora **Cynthia Maria Pina Resende**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Conselheiro **Francisco de Souza Andrade Netto**

Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Moema Isabel Passos Gramacho

Prefeita do Município de Lauro de Freitas

Procurador **Kívio Dias Barbosa Lopes**

Procurador-Geral do Município de Lauro de Freitas



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Barroso, PRESIDENTE**, em 22/03/2024, às 18:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Moema Isabel Passos Gramacho, Usuário Externo**, em 25/03/2024, às 15:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kívio Dias Barbosa Lopes, Usuário Externo**, em 25/03/2024, às 20:37, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Pina Resende, Usuário Externo**, em 26/03/2024, às 19:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Souza Andrade Netto**, **Usuário Externo**, em 27/03/2024, às 17:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1804556** e o código CRC **COBA12E9**.

13099/2023

1804556v4